

## A REPRESSÃO E OS DESCAMINHOS DA LUTA ARMADA NO BRASIL

DINORÁH LOPES RUBIM ALMEIDA <sup>1</sup>

**Resumo:** O golpe civil-militar de 1964, contou com a participação de um conjunto heterogêneo de forças que se correlacionaram com o intuito de derrubar o governo do presidente João Goulart. Após o golpe, seguiu-se um governo comandado pelos militares, por conseguinte, veio a resistência e a dura repressão imposta pelos detentores do poder aos dissidentes do regime estabelecido. A repressão deu-se através da censura (DCDP - Divisão de Censura de Diversões Públicas), exílios, cassações de direitos políticos, torturas e prisões. Órgãos políticos pautados na Doutrina de Segurança Nacional foram veículos de repressão política.

A resistência ao governo ditatorial imposto após o golpe de 1964 teve várias representações, entre elas a luta armada, que obteve apoio de Brizola e do governo cubano. Porém, deve-se atestar que a luta armada já era planejada antes do desfecho do golpe que derrubou Goulart, não sendo, portanto, uma opção feita pós-64, e não possuindo em suas diretrizes, o objetivo da formação de um governo amplamente democrático.

A luta armada brasileira foi organizada por militares dissidentes, como é o caso da primeira guerrilha brasileira, formada no Caparaó (região de fronteira entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo) no período de 1966 e 1967, e por partidários da esquerda radical, com destaque para jovens universitários despreparados para uma verdadeira ação armada contra o governo.

No Brasil registraram-se guerrilhas urbanas e rurais, mal estruturadas e sem apoio popular, que se intensificaram entre 1968 e 1972. Porém, a guerrilha urbana foi derrubada no início da década de 1970, e a Guerrilha rural do Araguaia, caiu em 1974, sem apresentar uma ação efetiva contra o governo.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso da Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), Campus de Alegre. Disciplina: História. E-mail: dinorahrubim@yahoo.com.br

A experiência de luta armada no Brasil foi marcada pela falta de preparo e de planejamento efetivo em suas operações. A luta armada foi derrotada pela falta de apoio dos movimentos sociais e a falta do envolvimento popular, não havendo uma identidade dos mesmos com seu projeto revolucionário. Os guerrilheiros eram radicais e audaciosos em suas propostas, porém equivocados em suas ações. Eles não conseguiram balançar as estruturas do governo militar, e ao contrário de seus objetivos, acabaram contribuindo para o endurecimento do regime.

**Palavras-chave:** Golpe civil-militar de 1964, repressão, luta armada.

**Abstract:** The civil-military coup of 1964, with the participation of a heterogeneous set of forces that correlated with the intention of overthrowing the government of President João Goulart. After the coup was followed by a government commanding the military, hence came the resistance and harsh repression imposed by those in power to the dissidents of the regime established. The crackdown took place through censorship (DCDP - Censorship Division of Public Entertainment), exiles, forfeitures of political rights, torture and imprisonment. Political bodies lined the National Security Doctrine were vehicles of political repression.

The resistance to the dictatorial government imposed after the 1964 coup had several representations, including armed struggle, which won support from Brizola and the Cuban government. However, you must certify that the armed struggle was already planned before the outcome of the coup that overthrew Goulart and is not therefore an option made post-64, and not having in its guidelines, the goal of forming a fully democratic government .

The armed struggle was organized by Brazilian military dissidents, such as the first Brazilian guerrillas formed in Caparaó (border area between the states of Minas Gerais and Espírito Santo) between 1966 and 1967, and by supporters of the radical left, especially young graduates unprepared for a real armed action against the government.

In Brazil were recorded guerrilla urban and rural, poorly structured and without popular support, which intensified between 1968 and 1972. However, the urban guerrilla was demolished in the early 1970s, and rural Guerrilla of Araguaia, fell in 1974, without providing an effective action against the government.

The experience of armed struggle in Brazil was marked by the lack of preparation and planning effective in their operations. The armed struggle was defeated by the lack of support from social movements and the lack of popular involvement, not having an identity of

themselves with their revolutionary project. The guerrillas were radical and audacious in their proposals, however misguided in their actions. They could not shake the structures of the military government, and unlike their goals, ultimately contributing to the hardening of the regime.

**Keywords:** civil-military coup of 1964, repression, armed struggle.

### 1 Um governo formado sobre os pilares da repressão

No Dia 1º de abril de 1964, o povo brasileiro assistiu a explosão de uma articulação política: o presidente João Belchior Goulart (apelidado de Jango) foi pressionado a deixar a presidência da República. O golpe foi uma trama civil-militar que englobou significativos segmentos tradicionais e conservadores da sociedade, que incentivaram, participaram e comemoraram o golpe, como uma “Revolução Democrática”. Não se pode classificar o Golpe como um ato exclusivamente militar, encobrindo a participação efetiva de civis no Golpe de 1964, que saudaram a instalação de um governo autoritário como se fosse democrático e legal. Muitos desses civis, mantiveram-se e beneficiaram-se do governo militar que se seguiu, e outros, acabaram, por motivos vários, passando para a oposição.

FERREIRA (2012), analisa o golpe como uma conspiração civil-militar, e enumera seus principais atores:

Jango percebeu que não eram grupos civis e militares minoritários que tentavam golpear as instituições, como ocorrera em episódios anteriores. Era um movimento conjunto das Forças Armadas com apoio de empresários, de amplos setores das classes médias e dos meios de comunicação. O movimento ainda contava com os governadores da Guanabara, de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande de Sul, com suas polícias civis e militares. No Congresso Nacional, grande parte dos parlamentares deu aval ao golpe. O Supremo Tribunal Federal calou-se diante da crise política. Além disso, o movimento golpista tinha o apoio do governo norte-americano. (FERREIRA, 2012: p.4)

O governo que se formou a partir do Golpe de 1º de abril de 1964, articulou uma estrutura administrativa moldada em pilares repressivos, que através de decretos-leis, Atos Institucionais, espionagem, prisões e censura, criaram um governo do “sim” e do “sim senhor”, e em pouco tempo podou os direitos políticos dos brasileiros, tirou a autonomia do Judiciário, violou a constituição do país e suspendeu a experiência democrática que o Brasil vinha vivenciando desde o fim do Estado Novo, em 1945. As pessoas ou organizações que se

levantassem contra a esse sistema, sofreriam duras punições, sobretudo a partir da instauração dos Atos Institucionais, notadamente do Ato Institucional nº 5 (AI-5),<sup>2</sup> que segundo consta em seu texto, o governo visava "combater à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo." Com a decretação do AI-5, pela corrente dos militares chamados "linha dura" não havia mais dúvida que a "revolução de 1964" não seria uma intervenção transitória dos militares, mas uma "revolução" permanente, ou como se constatou pelo decorrer dos fatos, prolongada.

Nilson BORGES (2003: p. 15), destacou que no Brasil o processo intervencionista militar deu-se em 1964, mas "os anos 70 ficaram marcados pelo desencadeamento de golpes de Estado e pela entrada dos militares no cenário político de diversos países da América Latina." O autor ainda ressalta que "dois terços da população latino-americana, calculada na época em 400 milhões de habitantes, viviam em Estados dotados de regimes militares."

Segundo o historiador Carlos FICO, os governos ditatoriais se formaram a partir de uma organização comum, destacando serem os "pilares básicos de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura. Subsidiariamente, contaram também com a propaganda política, realizada por militares moderados que, não obstante, forneceram suporte ideológico para as suas ações." (FICO, 2003: p. 175).

Em consonância com esses pilares, através do empenho do General Golbery do Couto e Silva foi criado em 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>3</sup>, que passou a atuar

---

<sup>2</sup> Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros, concedendo amplos poderes ao Executivo Federal, limitando os poderes legislativo e judiciário, além de restringir vários direitos civis. Segundo seu texto, são mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Fontes: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm) (Acessado em 15/06/13 às 10:15h); <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> (Acessado em 15/06/13 às 10:10h)

<sup>3</sup> O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964, cujo texto lhe atribuía a função de "superintender e coordenar as atividades de Informações e Contra-Informações, em particular as que interessem à Segurança Nacional". Objetivava, portanto, supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e exterior. Em função de sua criação, foram absorvidos outros serviços de informações atuantes até então, como o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959). Em 1999, o Presidente Fernando Henrique

efetivamente a partir do governo de Costa e Silva, visando promover a segurança nacional, eliminando os “inimigos” do regime. O General Jayme Portella de Mello (Ministro-Chefe da Casa Militar de Costa e Silva) foi o grande estrategista da montagem do sistema repressivo da ditadura. Em 1968, o Conselho de Segurança Nacional teve suas competências aumentadas e pôde ampliar o poder do SNI e das Divisões de Segurança e Informações (DSI). “Se Golbery foi o pai do mostro, Costa e Silva e Portella foram os responsáveis pelo parto.” (FICO, 2003: p. 176).

Os órgãos repressivos se dividiam em órgãos de informação e de segurança. Portanto, a espionagem ficava a cargo dos órgãos de informação, que foram criados diante de uma paranóia de suspeição universal de subversão e corrupção, cabia a eles a implantação de escutas telefônicas, redação de avaliações (muitas vezes equívocas), subsidiando, com informações, as atividades da repressão. São exemplos desses órgãos: Serviço Nacional de Informações (SNI); Sistema Nacional de Informações (SISNI); Divisões de Segurança e Informações (DSI); Escola Nacional de Informações (EsNI), entre outros. Em 1968, também foi criado o Sistema de Comissão Geral de Informação (CGI), que propunha o confisco de bens dos opositores ao regime, havendo uma subcomissão em cada Estado da Federação.

Os órgãos de segurança, os chamados polícia-política, eram pautados na Doutrina de Segurança Nacional<sup>4</sup> (que se inscreve na vida política do Brasil com a criação da Escola Superior de Guerra, ESG, em 1949) e foram fortes veículos de repressão, sendo seções de busca e apreensão, que submetiam prisioneiros a interrogatórios e torturas, destacando-se: o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a Operação Bandeirantes (OBAN), que foi substituída pelo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa

---

Cardoso sancionou a Lei nº 9.883, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin e regulamentou a criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), com a missão de “planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do país”, substituindo o SNI. Fonte: <http://www.abin.gov.br> (Acessado em 15/06/13 às 9:40h)

<sup>4</sup> A Doutrina de Segurança Nacional, originária dos Estados Unidos, nascida na época da Guerra Fria, tinha como ideologia a concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais, dando respaldo para à instalação de um Estado forte contra a ameaça subversiva dos socialistas. No Brasil, essa Doutrina era pautada no conteúdo ideológico e doutrinário elaborado pela Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, sendo este um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, fundado no contexto do final da Segunda Guerra Mundial e nos prenúncios da Guerra Fria. Fontes: <http://www.esg.br/a-esg/> (Acessado em 15/06/13, às 9:15h); BORGES, 2003, p. 24).

Interna (DOI-CODI), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informação do Exército (CEI), o Conselho de Defesa Interna (Condi), entre outros. Eram órgãos mistos, desempenhando papéis de informação e segurança o CIE, o CISA e o CENIMAR.

[...] O conceito de segurança interna, para a Escola Superior de Guerra, é dotar o Estado, mediante dos seus aparelhos repressivos, de justificação para o controle da população e o exercício da violência física e simbólica para os opositores do regime. E o mais grave é o fato de que são os próprios aparelhos repressivos e os serviços de informação que determinavam e ainda determinam, em última instância, quem é o inimigo interno. (BORGES, 2003, p.39)

Havia toda uma complexa estrutura organizacional no aparelho repressivo do governo, destacando o Sistema de Segurança Interna (Sissegin) que determinava as diretrizes da Condi, CODI, DOI; além de seis Zona de Defesa Interna (ZDI), que se dividia em Áreas de Defesa Interna (ADIs) e Subáreas de Defesa Interna (Sadis).

Os interrogatórios seguidos de torturas vieram ao público na década de 1980, quando o Brasil já vivenciava o período da distensão e abertura política. Impactantes são os testemunhos de pessoas que passaram por esses interrogatórios. O livro intitulado “Brasil: Nunca Mais”, publicado pela primeira vez em 1985, iniciou o trabalho de recolher relatos sobre pessoas expostas a essa forma de repressão.

[...] que foi conduzido às dependências do DOI-Codi, onde foi torturado nu, após tomar um banho pendurado no pau de arara, onde recebeu choques elétricos, através de um magneto, em seus órgãos genitais e por todo o corpo, [...] foi-lhe amarrado um dos terminais do magneto num dedo de seu pé e no seu pênis, onde recebeu descargas sucessivas, a ponto de cair no chão [...]. (Brasil: nunca mais, 2009, p.33)

Nas torturas eram utilizados vários artifícios como o pau de arara, choques elétricos, afogamento, a cadeira do dragão, a geladeira, insetos e animais, produtos químicos, lesões físicas, entre outros.

[...] que foi transferida para o DOI da PE da B.Mesquita, onde foi submetida a torturas com choque, drogas, sevícias sexuais, exposição de cobras e baratas; que essas torturas eram efetuadas pelos próprios oficiais [...]. A interroganda quer ainda declarar que durante a primeira fase do interrogatório foram colocadas baratas sobre seu corpo, e introduzida uma no seu ânus [...]. (Brasil: nunca mais, 2009, p.37)

De acordo com BORGES (2003: p.28) a Doutrina de Segurança Nacional visava “desmoralizar o inimigo, produzir deserções, criar o silêncio, fazer cooperar (delatar) e fazer

aderir às política do Estado.” Trata-se, portanto, de “aniquilar moralmente o inimigo e separá-lo dos demais cidadãos”, daí a justificativa do Estado utilizar de todos os instrumentos necessários a manutenção de sua estratégia de ação.

O terror é utilizado diretamente a fim de intimidar o inimigo (interno) e dissuadir os indecisos. O uso sistemático dos órgãos de segurança e informações, através da tortura, do assassinato, do desaparecimento de pessoas e de prisões arbitrárias, é forma de guerra psicológica colocada em prática pelo Estado de Segurança Nacional. [...] A essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de característica antissubversiva contra o inimigo comum. A partir desse ponto de vista, a Doutrina converte o sistema social em sistema de guerra. [...] (BORGES, 2003: p.29)

A repressão deu-se também através da censura, com a criação da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que atuava em teatro, cinema, espetáculos musicais, circo e televisão (novelas, shows humorísticos, programa femininos), alegando a defesa da moral e dos bons costumes. Já que os meios de comunicação expressam uma importante máquina de manifestação das massas, era necessário controlá-la.

No entanto, podemos destacar que em meio a diversos órgãos de repressão, havia jornalistas e veículos de comunicação que se opunham à censura, “combatendo, criticando ou ridicularizando a ditadura, como: Movimento, Opinião, Última Hora, Pasquim, a Folha da Tarde de certa época ou O Estado de S. Paulo” (FICO, 2003: p.189). Era uma postura ousada e arriscada diante do contexto político que o Brasil vivia. Com isso, livros e jornais eram objetos de intensa preocupação dos censores. Alguns jornais e revistas sofreram com a presença de um censor *in loco*.

Segundo FICO (2003, p.189) havia a “autocensura”, ou seja, milhares de veículos, por todo o país, que assumiram postura de “apoio ostensivo ao regime”, como: Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Diário de Notícias, entre outros. A “autocensura” denota “um comportamento de colaboracionismo”, dos que pretendiam “evitar problemas”, ou “seguiam as ordens da censura por receios diversos.”

Sabemos hoje, porém, que toda uma sistemática ordenava a pauta de “proibições determinadas”, baseada na vontade da censura de um assunto específico por parte dos órgãos do governo (notadamente os ministérios, a Presidência da República e as comunidades de segurança e informações. [...] Havia dois tipos específicos de censura à imprensa: o primeiro era chamado de “censura prévia” e pressupunha o

exame, pelos técnicos do Departamento da Polícia Federal, dos textos jornalísticos antes de sua proibição. [...] O segundo tipo era a fiscalização sistemática e velada “no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições. (FICO, 2003: p. 190).

Dentro do programa de repressão, havia também a propaganda política, inicialmente definida pelos coronéis Otávio Costa e Toledo Camargo, a partir do Governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. A Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), criada em 1968 sob o comando de Hernani d’Aguiar, teve seu apogeu de atuação sob a direção de Otávio Costa e posteriormente Toledo Camargo. A Aerp procurava enaltecer o país de forma ufanista, estimular o amor à pátria, motivar o desenvolvimento do país, o nacionalismo e incitar a confiança popular no governo. Criaram slogans como: “Ninguém segura o Brasil”, “Este é um país que vai pra frente”, “O Brasil é feito por nós”. Produziam-se filmetes de natureza educativa e de caráter ético-moral.

Dentro da Aerp havia divergências de pensamentos, pois a pretensão de Otávio Costa e Toledo Camargo era “educar o povo” e diversos setores militares tinham uma visão diferente do perfil de comunicação e educação dentro do contexto ditatorial, que queriam um sistema de propaganda política que demonstrasse força e amparasse a repressão. Para desespero de Otávio Costa, “o infeliz slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o” foi lançado pela Oban, e acabou sendo identificado como de autoria da Aerp.” (FICO, 2003: p. 198), o que ia contra a finalidade educativa e moral que Otávio Costa defendia. Era o lado “linha-dura” da ditadura, mostrando a verdadeira finalidade do órgão.

Portanto, o regime militar dispôs de toda a aparelhagem de informações e segurança para reprimir atos contrários a sua atuação, constando em sua lista: censuras, exílios, cassações de direitos políticos, interrogatórios com utilização de torturas, prisões e assassinatos. Nota-se que a criação, pela ditadura, de um setor especificadamente repressivo, não foi devido à mobilização da esquerda brasileira e nem à formação da luta armada, mas fazia parte de um projeto que se integrava ao estabelecimento de outros suportes básicos do regime: a espionagem, a censura e a propaganda política.

## **2 Os descaminhos da Luta Armada no Brasil**

A esquerda no Brasil comandou o movimento de luta armada, porém não havia total concordância entre os partidários dessa opção. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundado em 1922, atravessando a clandestinidade política em vários momentos históricos, era a banda da esquerda que se posicionava contra o confronto armado, alegando uma certa aproximação com a burguesia e grupos moderados de direita, na intenção de obter maior expressão no cenário político brasileiro. Os contrários a essa postura do PCB, acabaram fundando diversas organizações/partidos políticos que se afirmaram como alternativa ao PCB: Em 1961, surgiu a POLOP ou ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária); em 1962 foi criado o PCdoB (Partido Comunista do Brasil); em 1963, a AP (Ação Popular); e as Ligas Camponesas.

Por duas vezes na história do Brasil, a esquerda pegou nas armas: primeiro em 1935, na Intentona Comunista, liderada pela ALN (Aliança Nacional Libertadora) sob o comando de Luiz Carlos Prestes. O Objetivo era derrubar o governo anticonstitucional de Getúlio Vargas, porém, os movimentos armados que explodiram no Rio de Janeiro, Recife e Natal foram derrotados pelo governo e serviram como pretexto para abrir o caminho para o Golpe de Estado de novembro de 1937. A segunda vez que a esquerda marxista brasileira pegou em armas foi entre 1968-1974, porém novamente foi derrotada.

GORENDER (1987) em sua obra “Combate nas Trevas” tenta compreender porque nas duas vezes em que a esquerda pegou em armas foi derrotada. No segundo momento, iniciada em 1965 e desfechada a partir de 1968, o fato é explicado pelo atraso na organização e desencadeamento da luta. Já era tarde, o governo ditatorial já estava instalado e preparado para quaisquer reações contrárias.

Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados. (GORENDER, 1987: p.249)

As memórias são divergentes sobre a questão da luta armada e a repressão, acirrada a partir do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. A direita alega que a luta armada levou ao endurecimento do regime com a adoção do AI-5, a esquerda retruca ao afirmar que o AI-5 motivou a radicalização. É certo que havia uma relação de reciprocidade entre a luta armada e

a repressão, porém uma não deve se justificar essencialmente pela existência da outra, tendo em vista, que cada uma ao seu modo, já planejava a radicalização de seus atos.

Deve ser frisado que a luta armada não foi uma atitude orquestrada pela esquerda apenas após o Golpe de 1964, ela já havia sido pensada em 1935 e também pelas Ligas Camponesas antes de 1964, refletidas em seu desejo de “reforma agrária na lei ou na marra”. Deve-se ressaltar, ainda, que a opção pelo AI-5 já estava tomada pelos militares da “linha-dura” que pretendiam dar continuidade a “Operação Limpeza”, parcialmente interrompida pelo governo do primeiro general-presidente, considerado moderado, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Para os militares da linha dura, a opção de setores da esquerda pela “luta armada” confirmou a necessidade de implantação do “Sistema de Segurança Interna” (Sissegin); para estes setores da esquerda, o AI-5 confirmou a tese da impossibilidade de luta no terreno legal. Assim, o AI-5 pode ser visto como o resultado do processo de maturação da linha-dura: ela usou os episódios de radicalização de 1968 apenas como justificativa para sua constituição em “comunidade”, isto é, para sua “institucionalização” como “sistema “ oficial do governo. (FICO, 2003: p.182-183)

A luta armada no Brasil teve duas áreas de atuação: o campo e a cidade, sendo a guerrilha urbana a mais conhecida. Registraram-se várias organizações como: Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella; Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Da cisão da POLOP surgiram dois grupos: da dissidência mineira surgiu os Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e resultado de uma parcela do MNR somado a dissidência paulista da POLOP, surgiu a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo ex-militar Carlos Lamarca. Em 1969, a VPR e os COLINA juntaram-se e formaram a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), que também não demoraria a sofrer cisões: a reconstituição do VPR e a Dissidência da VAR-Palmares (DVP). Da dissidência gaúcha do PCB que se fundiu ao que restou da POLOP, surgiu o Partido Operário Comunista (POC). Havia também o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); as Ligas Camponesas; o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); o Grupo dos Onze

(G-11); o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT); a Ala Vermelha do PCdoB (ALA), entre outros.<sup>5</sup>

As ações guerrilheiras no Brasil transitavam em três áreas de atuação: assaltos, que segundo os guerrilheiros eram operações de desapropriação; justicamento, que se tratava de execução capital como ato de justiça revolucionária; e seqüestros, com destaque para os embaixadores dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick (realizado em 1969, pela ALN e MR-8), trocado por 15 presos políticos; o embaixador alemão Ehrenfried von Holleben (em 1970, pela ALN e VPR), trocado por 40 presos políticos; e o embaixador Suíço Giovanni Bucher (em 1970, pelos guerrilheiros da VPR), que teve sua liberdade em troca de 70 presos políticos.

Porém, a guerrilha rural também se destacou, possuía o projeto de luta pelo comunismo através de uma “guerra popular”, estabelecida por focos de guerrilha. Nesse ponto, o contexto internacional influenciou a esquerda brasileira, porém não a ponto de comandá-la. O mundo dos anos 60 vivia um turbilhão de mudanças, e a vitória de Fidel Castro, Che Guevara e seus companheiros na ilha cubana, retirando Fulgêncio Batista do poder, em 1959, e aderindo ao socialismo soviético em 1961, trouxe uma euforia sobre a esquerda latina, fazendo com que muitos aderissem a sua tática de guerrilha: o foquismo<sup>6</sup>.

O Movimento Nacional Revolucionário (MNR) aderiu a essa teoria e formou o primeiro foco guerrilheiro no Brasil contra a ditadura militar, na região do Caparaó (fronteira entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais), no período de 1966-67, sendo seus membros, em sua grande maioria, ex-militares. O MNR contou com o apoio do governo cubano (que proporcionou o treinamento de militantes) e do político Leonel Brizola, que mesmo se encontrando exilado no Uruguai, ajudou na organização estratégica e na busca de verbas para a estruturação do movimento. Porém, ocorreu a capitulação prematura dessa guerrilha, que teve seus revolucionários presos, antes mesmo de uma ação efetiva contra o governo.

---

<sup>5</sup> Detalhar a história factual da esquerda brasileira nos anos 60 é um trabalho que já foi cumprida por vários autores. O presente artigo, procura apenas indicar algumas das organizações guerrilheiras, que são indispensáveis a compreensão do texto, que centra seus estudos na análise das esquerdas armadas.

<sup>6</sup> A teoria do foco guerrilheiro, o foquismo: a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas. Era uma tática de guerrilha adotada pela Revolução Cubana, na guerrilha de Sierra Maestra, vitoriosa em 1959.

O interesse de Cuba, em treinar guerrilheiros e enviar recursos, era exportar a revolução para os países latino-americanos. Em 1967, isso se institucionalizou com a criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que pretendia estender a revolução pela América Latina. É importante destacar que o apoio de Cuba a guerrilha no Brasil, como no caso do MNR e da ALN, não significava a subserviência da esquerda brasileira a ilha, já que havia autonomia em suas decisões de ação.

No cenário internacional também surgiu um outro estilo de luta armada, o maoísmo,<sup>7</sup> baseado na ação de Mao Tsé Tung durante a Revolução Chinesa, que apoiava a luta do campo para a cidade, com grande envolvimento popular. Essa corrente foi adotada pelo PCdoB, que chegou a enviar militantes para o treinamento político-militar na China, entre os anos de 1964 e 1966. A Ação Popular (AP) abandonou o foquismo em 1967 e passou a aderir o maoísmo, indo fazer treinamento na China. Porém, foi o PCdoB que liderou no Araguaia, sul do Pará, o maior movimento guerrilheiro rural do Brasil, sendo o último a capitular, em 1974. Com ela morria a tentativa de luta armada brasileira para derrubar o governo militar, implantado em 1964.

Entre 1961 e 1971-72, as organizações surgiram e foram desmanteladas pela repressão. Restou apenas o PCdoB, que teve a sua guerrilha derrotada em 1974. Por volta de 1972, os militantes da luta armada, salvo os do PCdoB, estavam mortos, presos, no exílio, clandestinos dentro do país. A rápida vitória da repressão pode ser explicada por dois fatores: a ausência de identidade entre a sociedade e o projeto revolucionário, que levou ao seu isolamento; a tortura como recurso amplamente usado pelos órgãos oficiais para a eliminação dos militantes. (ROLLEMBERG, 2003: p.66)

Daniel Aarão Reis Filho, publicou em 1990 a obra “A revolução faltou ao encontro”, querendo entender, como Gorender, a derrota da luta armada. REIS FILHO, foi ex-dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e escreveu sua tese de doutorado buscando entender as influências das orientações internacionais comunistas.

REIS FILHO (1990: p. 182) afirma que a “leitura legitimadora dos modelos internacionais, a dinâmica excludente e antidemocrática do processo histórico, a presença marcante das elites

---

<sup>7</sup> O maoísmo foi um movimento comunista internacional, que surgiu do cisma sino-soviético, em 1963. Em relação a luta armada, propunha a participação dos movimentos sociais numa guerra popular prolongada. Defendia que a luta deveria ser desencadeada do campo para as cidades, priorizando a construção do partido nas áreas rurais.

sociais intelectualizadas” são as características básicas das “organizações comunistas.” Porém ressalta, o afastamento das elites intelectuais dos problemas sociais da população.

Porém, para REIS FILHO (1990: p. 181-187), a derrota revolucionária brasileira não deve ser explicada por suas ausências ou “alienação em relação aos dirigidos, ou às massas”, ou somente pela “ideia óbvia de localizar as debilidades, as lacunas, os pontos fracos das organizações comunistas”. Em busca dos erros e acertos pode haver interpretações equivocadas da “genialidade” dos revolucionários vitoriosos em oposição à “indigência” dos derrotados. Os revolucionários brasileiros ficaram isolados, sem respaldo na sociedade; teriam encontrado “surdos ouvidos”, “falta de vontade”, e o “imobilismo” de seu próprio povo, como exemplo de tantos projetos revolucionários fracassados pelo mundo. Por outro lado, Reis enfatiza que o século XX vivenciou revoluções socialistas vitoriosas, devido “ao pleno funcionamento de seus mecanismos de coesão interna”, sua “capacidade de mobilização”; sendo necessário aos militantes comunistas estarem “coesos, seguros e preparados para enfrentarem a emergência de uma situação revolucionária”.

No entanto, a revolução comunista brasileira dos anos 60 e 70 não conseguiu atingir a revolução social, seu grito ecoou no vácuo.

Trata-se de um difícil exercício de comparação porque, repetimos, no caso brasileiro, não houve a intervenção revolucionária dos movimentos sociais, em suma, faltou a emergência da “situação revolucionária” que, nesta interpretação, surge como uma condição necessária, mas não suficiente, para o êxito dos revolucionários. Se ela se verificasse, dos comunistas brasileiros seriam requeridos gênio, determinação, sensibilidade. Teriam respondido ao desafio? (REIS FILHO, 1990: p.186-187)

ROLLEMBERG ao analisar as ideias de Gorender e Reis Filho, tece a seguinte observação:

O autor [Reis Filho] rompe com a dicotomia “opresso” e “oprimido” tão cara às esquerdas dos anos 1960 e 1970 e que permanece em Gorender. A derrota da luta desencadeada em 1967 não se deu em função da melhor organização da repressão, como interpretou Gorender, e sim pela distância intransponível do projeto das esquerdas de mudanças pela subversão da ordem estabelecida e o desejo de mudanças da sociedade que deveriam acontecer no âmbito da ordem, da afirmação do sistema econômico e da elite política autoritária e conservadora. (ROLLEMBERG, 2003: p.53)

Marcelo RIDENTI, publicou em 1993 sua tese de doutorado em sociologia “O fantasma da revolução brasileira”, na busca da compreensão das organizações de guerrilhas e do fantasma

das ditas revoluções de 1930 e 1964. O interessante desta obra, é que o autor, diferentemente de Gorender e Reis Filho, não participou ativamente desse contexto histórico. Ele pertence à geração posterior, que tenta buscar respostas diante dessas lutas. O autor afirma que para a “sensação de poder dos grupos armados, contribuía ainda o agitado clima político e cultural de 1968, que dava às esquerdas a ilusão de que o poder estaria próximo de suas mãos, faltando apenas a sensação decidida de um vanguarda para tomá-lo.” Essa aparência de poder foi aumentada pela “clandestinidade, o ambiente conspirativo, o porte de armas, o sucesso e a repercussão de algumas ações armadas.” (RIDENTI, 2010: p.53)

Hoje, sabe-se que as diferentes formas de resistência nos anos 1960 não obtiveram sucesso. [...] A proposta de redemocratização pacífica do PCB; as teses de “guerra popular prolongada”, do PCdoB e da AP; de “revolução proletária” insurrecional, do PORT e da POLOP; a própria oposição liberal burguesa e pequeno-burguesa no Congresso Nacional e na “sociedade civil”; os movimentos de rua, os sindicais e os grevistas em 1968; nenhuma dessas organizações e movimentos de resistência obteve sucesso naquele momento, no combate à política de repressão policial, arrocho salarial e restrições às liberdades democráticas impostas pela ditadura. Fica, pois, difícil atribuir apenas às esquerdas armadas urbanas todo o peso da derrota das “forças progressistas”. [...] a atuação crescentemente violenta do Estado conseguiu potencializar os efeitos intimidatórios da repressão sobre a maioria da população com ímpeto muito maior que os esperados efeitos exemplares das ações armadas da esquerda. (RIDENTI, 2010: p.69)

Segundo ROLLEMBERG (2003, p. 55) “Ridenti vê o isolamento das vanguardas como resultado da impossibilidade de elas representarem politicamente a classe trabalhadora. Aí estaria a contradição que levou à derrota.” Para Ridenti, os interesses se definem em função das classes sociais, e a pouca expressividade da classe trabalhadora na luta armada, deve-se a uma crise de representação e não acerca de seus interesses concretos. “Ridenti, assim como Gorender e diferentemente de Daniel Aarão Reis Filho, vê a resistência à ditadura militar como essencial no sentido da luta armada.” (ROLLEMBERG, 2003: p.56)

É importante sublinhar que a luta armada no Brasil não lutava pela democracia, como passou a ser vista após a anistia de 1979. Os militantes pretendiam a montagem de um governo comunista, instaurando uma ditadura do proletariado, que caso seguisse os parâmetros da União Soviética, China, Coreia do Norte ou Cuba, nada teriam de democráticos. Porém “derrotados, os guerrilheiros falsearam deliberadamente suas motivações como forma de integrar-se aquele novo cenário. Assim, embora nunca tivessem resistido à ditadura em nome da democracia, juntaram-se às forças que agora lutavam por ela”. (ANGELO, 2009: p.109)

Diante do fracasso da luta armada, tanto nas cidades como no campo, a “esquerda armada passou a ver na *luta democrática* um novo caminho para a revolução” (ANGELO, 2009: p.106), aos poucos um novo campo de lutas se travou no Brasil em prol da democracia, englobando movimentos operários, estudantis e da esquerda moderada. No entanto, a ordem para a abertura viria de dentro das forças armadas, e aconteceria de uma maneira lenta e gradual, a partir de meados da década de 1970.

### 3 Considerações Finais

É imprescindível notar que a ideia da luta armada formou-se bem antes do golpe de 1964, e não após 64, como as esquerdas tendem a deslocar o marco pela opção da luta armada. Porém, justamente em 1964, a esquerda deixou passar o que seria o momento mais propício para o levante, uma vez que o Brasil vivia o momento de maior mobilização social em torno dos projetos da esquerda brasileira, já registrados até então. Porém, por falta de organização, mobilização popular e ação efetiva, a luta armada acabou organizando-se pós-64, quando as condições já não eram tão favoráveis, e o governo monopolizava as Forças Armadas e o poder de desarticulação de todos os movimentos de massa.

A derrota pode ter acontecido pela falta do oportunismo e de organização da esquerda em março de 1964, como defende GORENDER (1987) ou pela ausência de identidade entre o projeto revolucionário e a sociedade, como expõe REIS FILHO (1990) e ROLLEMBERG (2003: p. 71) ao defender que “a razão da derrota está menos na ação da repressão e mais no abismo existente entre as escolhas da sociedade e o meio”. Se a esquerda imaginou que teria um segundo momento de envolvimento popular como no contexto dos primeiros meses de 1964, isso nunca aconteceu, e sem adesão do povo, não haveria a força necessária para derrubar coisa alguma. A oportunidade de subir ao poder, realmente se foi com o golpe dado pelos setores conservadores, em abril de 1964.

Mas o fato atestado é que a luta armada, que posteriormente se organizou contra o regime pós-64, foi derrotada e sua atuação em nada contribuiu para o fim do período da chamada ditadura militar no Brasil, ao contrário, foi um dos fatores que serviu de justificativa para o

endurecimento do regime. Sem contar, que a ditadura só chegou ao fim, devido à distensão lenta e gradual iniciada no governo de Ernesto Geisel e desfechada com João Baptista Figueiredo, sendo um ato que partiu dos militares moderados. Portanto, os militares nunca perderam o controle da situação política, eles implantaram, endureceram e abriram o regime, de acordo com seus projetos.

#### 4 Referências

ANGELO, Vitor Amorim de. **Luta armada no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2009. 111p.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 4.

**Brasil: nunca mais**. Arquidiocese de São Paulo: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

COSTA, José Caldas da. **Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Crônica de um golpe anunciado**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 1, nº 5, março 2004, p. 26-30.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da repressão política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Vitória, ES: GM, 2011.

FERREIRA, Jorge. **Não à guerra civil**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 7, nº 83, Agosto 2012, p. 22-27.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 391p.

\_\_\_\_\_. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 4.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987. 255p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS, Daniel Aarão. **O sol sem peneira**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 7, nº 83, Agosto 2012, p. 31-35.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ª ed.rev.e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. 324p.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 4.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista no Brasil: Definições Ideológicas e Trajetória Política. In: RIDENTI, Marcelo & REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil, Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. Vol. 6, p. 63-103.